

# O que está em jogo na saúde sexual e reprodutiva das mulheres

*Para deputada e cientista política, atacar a autonomia e os direitos das mulheres é fundamental para que o governo vingue*

**(CartaCapital, 06/04/2019 - acesse no site de origem)**

A política brasileira é uma espécie de triturador de boas ideias. Tudo, ou quase tudo, o que cai ali vira uma pasta débil. Decisões têm sido tomadas conforme as promessas eleitorais de Jair Bolsonaro e diretrizes para erradicar a “ideologia de gênero” e impor restrições ao direito ao aborto estão a todo vapor.

Na última semana de março, deputados relançaram a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, que conta, de saída, com 250 assinaturas. O estatuto da frente, criada originalmente em 2015, foi escrito na época por Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Presidida pelo deputado Diogo Garcia, do Podemos, as prioridades da frente serão: incentivar mulher a não abortar (estatuto do nascituro), defender a vida do feto em todos casos (mesmo em casos de anencefalia), ou em caso de risco de morte da gestante (PEC da Vida).

Ao propor o projeto, os deputados parecem ignorar, para dizer o mínimo, que no Brasil, segundo dados do Fórum de Segurança Pública, uma mulher estuprada a cada nove minutos, sendo que os abusos ocorrem, em maioria, contra menores de idade, dentro de casa e por pessoas conhecidas da família.

Segundo a deputada federal Sâmia Bomfim, do PSOL, embora a bancada evangélica esteja desarticulada para outros projetos, as pautas relacionadas a moral e aos costumes, os unifica, e a Frente pode representar um enorme retrocesso à saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

“A oposição tem um grande desafio pela frente. Teremos de fazer uma vigilância combativa, e os movimentos sociais, de mulheres, precisam disputar esses valores na sociedade, mostrar que eles nos enxergam como meras reprodutoras, e que por traz disso existe um ódio às mulheres”, afirma.

Nesta terça-feira 2 a deputada esperava argumentar com a ministra porque o Brasil criticou, na ONU, o acesso de meninas e mulheres a informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva públicos. Isso porque, no último mês, na sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres em Nova York - principal encontro das Nações Unidas sobre direitos femininos - um texto lido por representantes do governo brasileiro fez críticas ao rascunho das conclusões do encontro.

A razão central da objeção foi a menção ao direito de acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e sexual, que inclui o acesso à contracepção, à informação e ao planejamento familiar. Para representantes do governo brasileiro, trata-se de algo que pode dar margem à “promoção do aborto”. No fim, o governo brasileiro aprovou as conclusões.

Em audiência pública na Câmara, a deputada questionou o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a respeito do posicionamento do Brasil na comissão. Araújo reafirmou que o tema dos direitos sexuais e reprodutivos trazia “no contrabando, a promoção do aborto – coisa que é contra a legislação brasileira”.

O texto lido pela representação brasileira durante o debate em nova York diz que o país defendia a “necessidade de proteger a mulher durante a gravidez e de proteger a vida intrauterina de mulheres e homens”.

A palavra aborto não consta do texto final. Um item expressa preocupação à falta de acesso à saúde, incluindo reprodutiva, das mulheres que vivem no meio rural. O texto final também reconhece o direito das mulheres de “ter controle e decidir de maneira livre e responsável sobre todas as questões ligadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência, como contribuição para a conquista da igualdade de gênero, seu empoderamento e efetivação de seus direitos humanos”.

Para a deputada, a obsessão do governo em restringir ainda mais as possibilidades de aborto está diretamente ligada a um tipo próprio de projeto de poder. “A mulher livre, plena em seus direitos, empoderada, que vai à luta e controla sua própria vida, é o oposto desse governo. Para que o governo vingue, é fundamental para eles tirar a autonomia das mulheres.”

### **Governo antifeminino**

A cientista política Sonia Correa lembra que já na cerimônia de posse, o presidente prometeu combater “a ideologia de gênero” e, antes disso, nomeou três ministros que têm essa mesma visão para áreas estratégicas: Relações Exteriores, Educação e o Mulher, Família e Direitos Humanos.

Dois meses mais tarde, em sua estreia na cena internacional, na 40ª Sessão no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, Damares afirmou que defenderá “o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa”.

Isto significa criminalizar o aborto em todas as situações, inclusive nas já permitidas pela lei hoje. “A ministra apenas escancarou ao mundo o desprezo do atual governo pelos acordos multilaterais, em alinhamento com a política trumpista”, afirma Sonia.

Ela diz que o grau de autonomia das mulheres, o que passa imprescindivelmente pela escolha de ser ou não ser mãe, indica a saúde de uma democracia. “Se as mulheres são privadas do exercício de sua cidadania, não sendo consideradas em igual dignidade com os homens, não temos um sistema democrático pleno, e é isso que esse governo quer.”

A disputa em torno da questão do aborto já se manifestou, com força, antes das posições expressas pela ministra em Genebra, após o vice-presidente, General Mourão, declarar, no início de fevereiro, que, pessoalmente, defende a interrupção da gravidez como uma escolha pessoal.

No final de fevereiro, após esses eventos, a cientista política Ilona Szabó foi desconvidada, a pedido do presidente, a ocupar posto de suplente no Conselho de Política Criminal e Penitenciária. A alegação inicial apontava para suas posições liberais na questão das drogas e sua oposição à flexibilização da posse de armas. Semanas depois, foi noticiado que a posição de Szabó favorável à descriminalização do aborto foi a causa principal.

---

# **Violência obstétrica, políticas públicas e a legislação brasileira, por Fabiana Dal’mas Rocha Paes**

*“Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância.”*[\[1\]](#)

**[\(ConJur, 08/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A violência obstétrica é um assunto invisibilizado no Brasil, considerando que as pesquisas revelam que uma a cada quatro brasileiras já foi vítima de violência obstétrica[\[2\]](#).

Entende-se por violência obstétrica toda ação ou omissão direcionada à mulher durante o pré-natal, parto ou puerpério, que cause dor, dano ou sofrimento desnecessário à mulher, praticada sem o seu consentimento explícito ou em desrespeito à sua autonomia. Esse conceito engloba todos os prestadores de serviço de saúde, não apenas os médicos. Define-se, ainda, como violência obstétrica qualquer ato ou intervenção direcionada à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que recentemente deu à luz), ou ao seu bebê, praticado sem o seu consentimento explícito ou informado e em desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos e preferências[\[3\]](#).

A violência obstétrica constitui uma grave violação à autonomia das mulheres, aos seus direitos humanos e aos seus direitos sexuais e reprodutivos[\[4\]](#). Assim caracterizam a violência obstétrica atos como: violência exercida com gritos; os procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, e a falta de analgesia e negligência; recusa à admissão ao hospital (Lei 11.634/2007); impedimento de entrada de acompanhante (Lei 11.108/2005); violência psicológica (tratamento agressivo, discriminatório, grosseiro, zombeteiro, inclusive em razão de sua cor, etnia, raça, religião, estado civil, orientação sexual e número de filhos); impedimento de contato com o bebê; o impedimento ao aleitamento materno; a cesariana desnecessária e sem consentimento; realização de episiotomia de modo indiscriminado; o uso de ocitocina sem consentimento da mulher; a manobra de Kristeller (pressão sobre a barriga da gestante para empurrar o bebê); a proibição de a mulher se alimentar ou de se hidratar e obrigar a mulher a permanecer deitada.

O elevado número de cesáreas no Brasil, que se encontra em torno de 52% no setor público, podendo chegar a 88% no setor privado, contraria as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS)[\[5\]](#). A taxa ideal de cesáreas, de acordo com a OMS, seria entre 10% e 15%. O que justifica um número tão elevado de cesáreas no nosso país? Por qual motivo as mulheres não são informadas a respeito das consequências de uma cesárea?

Outro aspecto da violência obstétrica consiste no desrespeito do direito ao acompanhante. O fato de não conferir à gestante o direito ao acompanhante, que é garantido por lei, também dificulta o controle da violência obstétrica.

Levando-se em conta todos os exemplos de atos de violência obstétrica acima referidos, chegamos à conclusão de que o sistema jurídico brasileiro já possui legislação genérica estadual, a respeito da violência obstétrica, embora não haja lei federal específica. O estado de Santa Catarina editou a Lei 17.097, de 17 de janeiro de 2017. O estado de São Paulo tem o Projeto de Lei 1.130, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão, que trata do tema da violência obstétrica. Todavia, os atos de violência obstétrica, independentemente de edição de lei específica, podem caracterizar fatos típicos e antijurídicos, já previstos no Código Penal, como os crimes de homicídio, de lesão corporal, de omissão de socorro e contra a honra.

Os projetos de lei 7.633/2014 (de autoria do deputado Jean Wyllys), 8.219/17 (de autoria do deputado Francisco Floriano) e 7.867/17 (de autoria da deputada Jô Moraes), em trâmite no Congresso Nacional, também dispõem sobre as diretrizes e os princípios inerentes aos direitos da mulher durante a gestação, pré-parto e puerpério e a erradicação da violência obstétrica.

Existem países que já editaram legislação específica sobre violência obstétrica, como a Argentina e o México. No âmbito internacional, a legislação da Argentina (Lei 26.485/2009) define violência obstétrica como: “Aquela exercida pelos profissionais da saúde caracterizando-se pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos da mulher, através de um tratamento desumanizado, abuso da medicação e patologização dos processos naturais”[\[6\]](#).

A Constituição Federal de 1998 contém o princípio da igualdade e dispõe sobre o direito à plena assistência à saúde. A Carta Magna enuncia de forma original o dever do Estado de coibir a violência contra as mulheres, que inclui, portanto, o dever de prevenir e punir a violência obstétrica. O artigo 5º dispõe o seguinte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Assim, as mulheres são iguais aos homens, tanto em direitos como em deveres. Prevê, outrossim, que “ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante”, incluindo a assistência prestada às mulheres gestantes e no pós-parto. O artigo 6º determina que devem ser respeitados os direitos sociais: “A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. No aspecto laboral, são garantidas a licença à gestante e a proteção do mercado de trabalho feminino. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm como competência comum (artigo 23) cuidar da saúde e assistência pública; proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a igualdade.

Em 2001, o Brasil concluiu a CPMI da Mortalidade Materna, que verificou que 98% das mortes maternas seriam evitáveis, e determinou uma série de políticas públicas para melhorar a condição de assistência ao parto — com certeza a prática de violência obstétrica contribui para os elevados patamares de morte materna no nosso país.

Enquanto nos países mais desenvolvidos as mortes maternas estão se tornando cada vez mais raras, no Brasil não observamos essa tendência quanto aos índices de morte materna, que chegaram aos vergonhosos 69 por 100 mil em 2013, sendo um patamar aceitável e sugerido como objetivo do milênio 35 por 100 mil.

Em pesquisa sobre o tema, verificamos que, embora o arcabouço legislativo seja suficiente e esteja caminhando na direção correta, identificamos alguns problemas quanto à efetivação de medidas práticas de políticas públicas para efetivar os direitos reprodutivos das mulheres: o

número de serviços não está em consonância com a necessidade e o número de casos; há desigualdade regional na distribuição dos serviços e falta de capacitação contínua e número de profissionais.

Embora a morte seja um evento inexorável, muitas mortes maternas são evitáveis. Estudos apontam como causas de mortalidade materna: a hipertensão, as hemorragias, as infecções pós-parto e o aborto inseguro — muitas dessas causas são decorrentes de atos de violência obstétrica.

Se queremos melhorar a saúde materna, temos que combinar uma legislação moderna, com boas práticas obstétricas e com políticas públicas sérias. As mulheres brasileiras agradecem e têm esse direito, pois a violência obstétrica caracteriza-se por ser uma grave violação aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, ainda sem resposta adequada.

---

[1] Artigo 12, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher.

[2] Fundação Perseu Abramo, e Sesc, Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, 2010, em 26 de junho de 2015.

[3] Fundação Perseu Abramo, e Sesc, Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, 2010,

em <http://novo.fpabramo.org.br/content/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou>, em 26 de junho de 2015.

[4] PICKLES, Camilla Obstetric Violence and Law, British Academy Post-Doctoral Research Fellow.

[5] Pesquisa Nascer no Brasil.

[6] Artículo 6, e) Violencia obstétrica: aquella que ejerce el personal de salud sobre el cuerpo y los procesos reproductivos de las mujeres, expresada en un trato deshumanizado, un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, de conformidad con la Ley 25.929 (tradução livre da autora). LEY DE PROTECCION INTEGRAL A LAS MUJERES, Ley nº 26.485, Ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales, Sancionada: Marzo 11 de 2009, Promulgada de Hecho: Abril 1 de 2009.

*Fabiana Dal'mas Rocha Paes é promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e associada do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). Mestre em Direitos Humanos e Justiça Social pela UNSW, em Sydney (Austrália), e doutoranda em Direito pela Universidade de Buenos Aires (Argentina). Vice-presidente da ABMCJ-SP.*

---

## **Eleições 2018: Mulheres e LGBTs são**

# 'esquecidos' em planos de governo

*Apenas 7 dos 13 presidenciáveis citam propostas para as mulheres brasileiras; quando o tema é a população LGBT, o número cai para 6.*

**(HuffPost, 02/10/2018 - acesse no site de origem)**

O ano é 2018 e é período eleitoral. [As mulheres somam 53% do eleitorado brasileiro](#), segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). São a maioria dos votantes. Para a Presidência da República, são titulares em 2 chapas e em 4 saem como vice. Mas, mesmo assim, não ganharam o mesmo espaço nos planos de governo. Dos 13 candidatos ao Palácio do Planalto, apenas 7 falam sobre o tema; e quando o assunto é a população LGBT, o número cai para 6.

Por mais que descriminalização do aborto, criminalização da LGBTfobia, igualdade salarial e saúde da comunidade LGBT tenham sido fortemente explorados em entrevistas e em debates eleitorais nas últimas semanas, candidatos como Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (MDB), João Goulart Filho (PPL) e Jair Bolsonaro (PSL), dedicam poucas ou nenhuma linha para apresentar políticas públicas relacionadas a esses temas.

“Vamos estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças”, diz documento com propostas de Alckmin. “Vamos combater o estupro de mulheres”, diz a única linha em plano de governo de Bolsonaro, que lidera com 31% das intenções de voto, [segundo pesquisa Ibope](#) divulgada nesta segunda-feira (1).

O tema é trabalhado por Meirelles no tópico sobre “geração de empregos”: se eleito, irá atuar para diminuir a diferença de salários entre homens e mulheres no mercado de trabalho, afirma em plano de governo. João Goulart Filho (PPL), trata questão LGBT em ponto sobre desigualdade de forma geral, incluindo racismo e acessibilidade e quer igualar salários entre homens e mulheres. Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriotas), João Amoêdo (Novo) e José Maria Eymael (PDC) não têm propostas para nenhum dos grupos.

Em contrapartida, estão as únicas mulheres concorrentes ao pleito - Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PCO) - e a maioria dos candidatos que escolheram mulheres como vice-presidentes em suas chapas - Guilherme Boulos (PSol),Ciro Gomes (PDT) e Fernando Haddad (PT). Todos os presidenciáveis citados acima dedicaram espaço maior a medidas tanto para o público feminino quanto para a população LGBT.

No enfrentamento à violência contra população LGBT, o documento de Fernando Haddad (PT) promete fortalecer o Sistema Nacional LGBTI+ e criar a Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+. “A iniciativa envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais seria responsável por implementar políticas de promoção da orientação sexual e identidade de gênero”, diz plano de governo.

Entre os planos do PT está recriar o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, além de criar políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres. A proposta também prevê implementar políticas para enfrentar a mortalidade das pessoas travestis e transexuais e criar o Programa Transcidadania, medida para garantir bolsa de

estudos a pessoas trans em situação de vulnerabilidade para concluírem o Ensino Fundamental e Médio, articulado com formação profissional.

Já Marina Silva (Rede), em relação às mulheres, propõe ampliar as políticas de prevenção à violência contra a mulher, o combate ao feminicídio e a qualificação da rede de atendimento às vítimas, junto aos estados e municípios. A presidenciável cita políticas em prol do parto humanizado, mas não fala sobre descriminalização do aborto em seu plano. Além de defender que o casamento homoafetivo seja protegido por lei, ela defende o combate à violência, mas não citou a criminalização da LGBTfobia.

#### **Aqui estão as propostas de 7 candidatos sobre mulheres:**

[Ciro promete recriar Secretaria das Mulheres e formar governo 50% feminino](#)

[Boulos promete 1% do PIB para combater a violência contra a mulher](#)

[Henrique Meirelles promete diminuir diferença salarial entre homens e mulheres](#)

[João Goulart Filho defende 'salário igual para trabalho igual' entre homens e mulheres](#)

[Haddad promete recriar Ministério das Mulheres e promover cota de gênero na política](#)

[Plano de Marina para mulheres: Igualdade no mercado de trabalho e combate à violência](#)

[Vera Lúcia propõe descriminalizar o aborto e diminuir violência contra mulher](#)

#### **Aqui estão as propostas de 6 candidatos para população LGBT:**

[Marina Silva e LGBT: Programa inclui direitos LGBTI, mas sem citar criminalização da LGBTfobia](#)

[Vera Lúcia promete a criminalização da "LGBTfobia já" em plano de governo](#)

[PT quer criminalizar LGBTfobia e dar bolsas de estudos para pessoas trans](#)

[Boulos promete tornar LGBTfobia crime e olhar para a saúde das pessoas trans](#)

[João Goulart Filho quer garantir 'acessibilidade do cidadão LGBT a todos os ambientes'](#)

[Ciro promete Secretaria Nacional para a Cidadania da População LGBT](#)

---

## **Ana Paula Portela e Jacira Melo comentam políticas públicas para mulheres**

No Podcast Folhape, desta terça-feira (2), as políticas públicas voltadas para as mulheres nos planos de Governo dos presidenciáveis e candidatos ao Governo de Pernambuco foram os



principais assuntos do programa Folha Política com a socióloga Ana Paula Portela. “A tipificação do feminicídio é uma tentativa chamar atenção para mostrar que as mulheres e os homens morrem em circunstâncias diferentes. É mostrar que as mulheres morrem devido a desigualdade de gênero”, disse Ana Paula.

**[\(Folha PE, 02/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Ainda no programa da Rádio Folha 96.7 FM, a diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, comentou o papel decisivo das mulheres na eleição. “As mulheres estão num processo de construção de voz”, identificou Jacira.

---

## **Políticas públicas não são suficientes para garantir a proteção das mulheres, por Paula Drumond e Tamya Rebelo**

*O Brasil parece não conferir os devidos investimentos a políticas de ampliação da participação de mulheres nos espaços públicos.*

**[\(HuffPost Brasil, 23/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Com a proximidade das eleições de outubro, as discussões sobre o avanço das políticas de igualdade de gênero e proteção dos direitos das mulheres precisam urgentemente voltar ao foco do debate público. A extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, as ofensivas da chamada “bancada da bíblia” para a descriminalização do aborto e o orçamento decrescente destinado a políticas de combate à violência contra a mulher chamam a atenção para as dificuldades em se falar sobre determinados assuntos na agenda do atual governo. Em meio a crescentes tensões, a disponibilidade e importância de investimentos para a manutenção e avanço de políticas de gênero estão sendo severamente ameaçadas.

Recentemente, o governo brasileiro se destacou por ser um dos únicos países da América Latina a adotar um [Plano Nacional de Ação \(PNA\) sobre “Mulheres, Paz e Segurança”](#). Considerado um avanço, o PNA brasileiro, publicado em 08 de março de 2017, destacou-se como parte integral dos esforços institucionais e legislativos do governo para promover ações de empoderamento e combate a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres em atividades relacionadas à paz e à segurança.

*Hoje, o envolvimento de mulheres no Congresso encontra-se em níveis muito abaixo aos esperados, com menos de 11% dos deputados federais mulheres.*

O aumento da participação de mulheres, incluindo defesa e política externa, é um dos pilares do plano e consiste em uma discussão fundamental para o avanço da igualdade de gênero: hoje, as mulheres representam apenas 8% do total do efetivo militar brasileiro. Na diplomacia,



apesar do recorde de candidatas inscritas no concurso de admissão à carreira em 2017, 43,3% (13 entre 30), a média de diplomatas ficou em torno de 20% entre 1953 e 2015. A preocupação com a baixa representatividade feminina nestas instituições se torna ainda mais alarmante mediante às restrições orçamentárias estabelecidas pelo teto de gastos públicos até 2037.

Ainda no âmbito doméstico, o Brasil parece não conferir os devidos investimentos a políticas de ampliação da participação de mulheres nos espaços públicos, observação reforçada pelo cenário que se apresenta atualmente no poder legislativo, um dos tópicos importantes que ficou de fora do PNA brasileiro. Hoje, o envolvimento de mulheres no Congresso encontra-se em níveis muito abaixo aos esperados, com menos de 11% dos deputados federais mulheres, o pior índice entre os países sul-americanos, segundo recente pesquisa do IBGE. Esses resultados apresentam o Brasil na 152ª posição de 190 países analisados em termos de representatividade no legislativo. Ao ocupar este lugar, o Brasil fica atrás de outros países do Sul Global como Senegal, Ruanda e Cuba.

*O governo brasileiro poderia repensar suas estratégias e alocar recursos específicos para a necessária implementação deste documento.*

Passados mais de 13 meses da publicação do Plano Nacional sobre “Mulheres, Paz e Segurança”, cabe indagar sobre o que o Governo Federal têm feito para viabilizar a operacionalização das metas contidas do documento e como a redução de capital humano e financeiro afetará a manutenção de um interesse prioritário nesta agenda. E, justamente por conta dessas incertezas, é que as entidades envolvidas com o PNA do Brasil, governamentais e da sociedade civil, precisam continuar a coordenar esforços no sentido de não enfraquecer o compromisso gerado com a adoção do PNA brasileiro. Nesse sentido, o governo brasileiro poderia repensar suas estratégias e alocar recursos específicos para a necessária implementação deste documento.

O PNA precisa de mecanismos de monitoramento e avaliação, que possibilitem identificar, acompanhar e mensurar o avanço dos objetivos estabelecidos. Além disso, é urgente que os atores-chave (como o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos) se comprometam com a realização e publicação de relatórios de implementação periódicos, permitindo que a sociedade civil acompanhe e contribua com as atividades empregadas. Uma importante medida seria a instituição de um comitê de supervisão e avaliação misto permanente, composto por representantes das instituições governamentais responsáveis e membros sociedade civil. O Brasil deveria, ainda, incorporar como metas do PNA temas fundamentais para a segurança de mulheres e meninas no Brasil, em especial as políticas relacionadas ao tráfico ilícito de armas leves, desarmamento e tráfico internacional de pessoas e exploração sexual. Estas e outras recomendações foram apontadas no relatório Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil, lançado em março de 2018.

*A sua operacionalização efetiva depende, fundamentalmente, de decisões e estratégias institucionais para além da vontade política.*

Em março do ano que vem, o Brasil terá a oportunidade de revisar o PNA e corrigir essas e outras lacunas que impedem a implementação do documento. O Plano Nacional de Ação brasileiro é o um passo inicial necessário, mas não suficiente, para a implementação adequada dos compromissos demandados pelas Nações Unidas. A sua operacionalização efetiva depende, fundamentalmente, de decisões e estratégias institucionais para além da vontade política, que

orientem as ações voltadas à igualdade de gênero e ao empoderamento político, social e econômico de mulheres e meninas em áreas afetadas à paz e segurança. Nesse sentido, o financiamento e a alocação de recursos específicos para a implementação do PNA consistem em uma força propulsora fundamental para a efetiva transversalização de políticas de gênero.

---

## Últimas semanas do edital “Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública”

*Inscrições estão abertas até 2 de maio e jornalistas profissionais de todos os níveis de experiência podem participar*

O edital **Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública** tem o objetivo de estimular a produção e veiculação de reportagens investigativas sobre questões e histórias pouco exploradas pela imprensa e que contribuam para o aprofundamento do debate público sobre a problemática do aborto no país a partir de uma perspectiva de direitos humanos e saúde pública.

Uma realização do Instituto Patrícia Galvão, a iniciativa conta com apoio institucional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Global Health Strategies Brasil.

*“Um tema relevante e complexo como o aborto precisa ser apurado com tempo e profundidade, algo que o cotidiano dos jornalistas nem sempre permite. O edital é uma forma de encorajar esse tipo de trabalho e, assim, fomentar um debate qualificado e necessário”, afirma Marina Atoji, gerente executiva da Abraji.*

Serão selecionadas cinco propostas, apresentadas individualmente ou em equipe, que foquem em um ou mais dos seguintes temas/questões: 1) Impactos do aborto clandestino na vida das mulheres; 2) Perversidades na rota clandestina do aborto; 3) Obstáculos nos serviços de saúde para o acesso ao aborto garantido por lei; 4) O papel dos profissionais de saúde; 5) Aborto: uma pauta permanente no Congresso; e 6) Desafios para ampliação do aborto seguro no Brasil. Acesse o [edital completo](#) para mais detalhes.

Cada uma das cinco propostas selecionadas contará com apoio financeiro de até R\$ 10.000,00 e deverá ser desenvolvida e veiculada no prazo de até quatro meses a partir da data de recebimento do financiamento.

Prazo para envio da proposta: **até 2 de maio de 2018.**

As propostas devem ser enviadas [neste formulário](#).

Para onde enviar a proposta: **concurso@patriciagalvao.org.br**

Divulgação do resultado: **a partir de 21 de maio de 2018.**

[Saiba mais consultando o edital.](#)

---

## [Além da Lava Jato: O que pensa Raquel Dodge sobre anistia e feminicídio](#)

*Em sabatina no Senado, futura procuradora-geral da República defende revisão de acordos de delação e limites para prisão preventiva.*

[\(HuffPost Brasil, 12/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Indicada pelo presidente Michel Temer para o comando da Procuradoria-Geral da República, a subprocuradora-geral Raquel Dodge, prometeu, em conversas com senadores a revisão da lei da anistia, foco em direitos humanos e intensificação do combate à violência contra mulher.

Dodge enfrentou sabatina na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado Federal desde as 10h da manhã desta quarta-feira. O colegiado aprovou a indicação por 27 votos a 0. No plenário, foram 74 votos favoráveis, 1 voto não e 1 abstenção.

***Leia mais:*** [Raquel Dodge é a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do Ministério Público Federal \(SPM, 13/07/2017\)](#)

Antes da sabatina, a subprocuradora procurou os senadores para falar sobre sua atuação. Ela defendeu a revisão da Lei da Anistia, que deixou sem punição agentes do Estado que cometeram crimes durante a ditadura militar. A revisão é tema de propostas em tramitação no Congresso e recomendada pela Comissão Nacional da Verdade.

Dodge prometeu foco em questões de direitos humanos e se colocou à disposição para trabalhar junto com a Procuradoria da Mulher no Senado no enfrentamento ao feminicídio e a outras formas de violência contra a mulher.

Na sabatina, ela defendeu um controle mais rígido de armas e que o registro de mortes por policiais, os chamados “autos de resistência” sejam registrados em boletim de ocorrência comum, para evitar impunidade.

A subprocuradora-geral ficou em segundo lugar na lista da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) e tem apoio de caciques do PMDB, como o ex-presidente José Sarney e o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (AL).

Como coordenadora da 2ª Câmara do Ministério Público Federal, ela denunciou 38 pessoas investigadas na Operação Caixa de Pandora. O caso conhecido como mensalão do DEM resultou na primeira prisão de um governador: José Roberto Arruda, que comandou o Distrito Federal.

Ela também atuou na investigação contra o ex-deputado federal Hildebrando Paschoal, acusado de comandar um esquadrão da morte no Acre.

Sobre a Operação Lava Jato, a subprocuradora defende que apenas 10% dos procuradores lotados em determinada unidade poderão ser cedidos para investigações como a que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Na sabatina na CCJ, Dodge prometeu continuar o combate à corrupção e defendeu a prisão após condenação em segunda instância. Ela admitiu a possibilidade de rever delações premiadas e criticou abusos em conduções coercitivas e prisões preventivas, dois dos principais pontos criticados por parlamentares na condução da Lava Jato.

### **Confira os principais pontos da sabatina nesta quarta-feira:**

#### **Lava Jato**

Dodge afirmou que o trabalho de enfrentamento da corrupção pode ter equipes aumentadas e disse que 10% dos 1200 procuradores, além dos 73 Subprocuradores-Gerais da República, podem trabalhar, por exemplo, auxiliando o gabinete do Procurador-Geral da República em operações como a Lava Jato.

*“O importante é que delineemos que tudo isso ocorra sob o império do devido processo legal, com respeito aos limites impostos na legislação (...) vão colher a prova, vão considerar que a prova é válida, vão fundamentar a atuação com base na coerência existente entre as provas e também com a colaboração que fizer alguém que celebrou com Ministério Público esse acordo. De modo que a condução dos trabalhos será com base na prova, com base na lei, de forma serena, de forma tranquila, para que evitemos aquilo que a Constituição Federal assegura para todos, inclusive os investigados, que é a proteção contra o aviltamento da dignidade da pessoa humana.”*

#### **Delação premiada**

Dodge contou que na década de 1990 usou a delação premiada em algumas ações criminais e que é um “instrumento muito poderoso, que facilita a investigação desse crime próprio de organização criminosa”. Ela disse que excessos devem ser controlados pelo Poder Judiciário e admitiu a possibilidade de do Ministério Público revisar um acordo de colaboração.

*“A lei estabelece algumas vedações para quando o acordo não pode ser celebrado e oferece a cautela de o acordo poder ser rescindido quando o colaborador não cumpre a sua parte nesse acordo. E isso é uma possibilidade que está sempre na mesa na perspectiva de que há uma previsão legal, expressa em relação a isso.”*

#### **Abuso de autoridade**

Ao contrário da posição de seu antecessor, Rodrigo Janot, Dodge se mostrou favorável à Lei de Abuso de Autoridade, aprovada pelo Senado em abril. O texto aguarda votação na Câmara.

*“A Lei de Abuso de Autoridade vem, igualmente, no socorro da ideia de que, no regime democrático, freios e contrapesos são necessários, controles são necessários, inclusive sobre os órgãos de administração de Justiça. (...) É preciso rever se a aposentadoria remunerada, que existe não para o Ministério Público, mas para o Judiciário, é ainda uma sanção adequada. Eu acho que temos que caminhar no sentido de punições realmente efetivas.”*

#### **Condução coercitiva**

Na avaliação da subprocuradora, conduções coercitivas só devem ser usadas para pessoas que se recusem a comparecer em juízo e que é preciso examinar quando o mecanismo está sendo empregado adequadamente.

*“Eu tenho muita preocupação com esse assunto e as considerações de vossa excelência estarão no horizonte da atuação do Ministério Público Federal e da minha atuação específica, sobretudo para que não haja aquilo que vossa excelência aponta, que é a exposição pública da pessoa investigada, que é uma garantia, é uma limitação que nós devemos preservar, considerar, quando estamos protegendo a dignidade da pessoa humana de um modo geral.”*

### **Prisões preventivas**

Também na sabatina, Dodge afirmou que a duração de prisões preventivas deve ser examinada “inclusive sob o aspecto da superpopulação carcerária”.

*“Há aqui um importante aspecto de atuação também das defensorias públicas, do Conselho Nacional de Justiça e do Poder Judiciário como um todo. E estreitar esse diálogo com outras instituições, para que haja modicidade na duração da prisão preventiva, para que ela se restrinja ao necessário, eu acho que é uma importante atuação de política criminal, que vem em socorro de uma administração de justiça nos limites exatos da Constituição e da lei.”*

Marcella Fernandes

---

## **Luislinda Valois destaca criação de políticas públicas para igualdade de direitos entre homens e mulheres em seminário**

A Ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, participou nesta terça-feira (5), da abertura do Seminário Internacional Equidade de Gênero no Setor Público, na Escola Nacional de Administração Pública - Enap, em Brasília. O evento é uma parceria da Embaixada da Noruega, Embaixada da Suécia e ONU Mulheres e tem como objetivo tratar da importância da equidade de gênero nas políticas públicas, das dificuldades para a implementação de medidas para a sua promoção e dos desafios para o seu alcance numa perspectiva internacional, com as experiências do Brasil, Noruega e Suécia.

**[\(SDH, 05/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Durante o seminário, a ministra destacou a relevância da criação de políticas para o alcance da igualdade dos direitos entre homens e mulheres. “No que diz respeito à equidade de gênero, temos por objetivo criar meios para que a mulher realmente ocupe os espaços de poder, por meio de iniciativas governamentais e da sociedade que visem uma convivência harmoniosa sem

preconceitos ou discriminações”, disse a ministra.

A Embaixadora da Noruega, Aud Marit Wiig, ressalta a importância de discutir soluções para conseguir uma equidade entre gêneros. “Alcançar a igualdade de gênero não é uma tarefa fácil. Porém, estou muito feliz de fazer parte deste grupo de trabalho e tenho certeza que alcançaremos bons resultados com esse projeto”, afirmou.

Estiveram também presentes no encontro, a gerente de projetos da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, e o Embaixador da Suécia, Per-Arne Hjelmhorn, além de representantes da Enap.

### **Seminário**

A programação do seminário segue até esta terça-feira (6) e contará com palestras, mesas-redondas e painéis temáticos, apresentações de pesquisas relacionadas ao tema, e uma exposição realizada pela Embaixada Sueca, denominada “Países Suecos”.

---

## **Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora.



Aos 9 anos de idade Junior Philip foi arremessado por um colega contra a quina da mesa da professora - **Fernando Lemos / Agência O Globo**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a conivência do corpo docente.

[\(O Globo, 31/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

— Eu muitas vezes era ofendido na frente dos professores, mas eles não falavam nada. Um deles chegou a dizer para meu amigo, também gay, que ele deveria honrar o que tinha entre as pernas — lembra Junior, que largou os estudos no 2º ano do ensino médio para trabalhar e hoje, aos 31 anos, cursa o 3º ano e pretende estudar Moda. — Meus colegas evangélicos falavam que eu ia arder no inferno. Passei a adolescência fugindo dos outros.

### **TEMA VOLTARÁ PARA BASE CURRICULAR**

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” antes de entregá-lo ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas a temática de gênero voltará para a Base, de acordo com o vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da Comissão de Direitos Humanos, Orientação sexual, identidade de gênero e nome social do órgão, Ivan Siqueira. Segundo ele, o CNE também enviará ao MEC até julho um parecer sobre a regulamentação do uso do nome social por pessoas trans em escolas de educação básica de todo país.



— A Comissão está discutindo uma política nacional que contemple o tema da sexualidade. E isso vai entrar na discussão da Base Nacional. No meu ponto de vista, o parecer sobre o nome social sinaliza na direção de incorporar esses termos na Base. O debate sobre a questão de gênero já está acontecendo, resta saber como isso vai figurar no documento, mas com certeza vai aparecer — afirma Siqueira. — Há dados que mostram que jovens abandonam a escola por esse preconceito, muitos cometem suicídio. É um problema real. Não é algo que possamos ignorar. É trabalho do conselho fazer normas que façam com que a educação do país melhore. Ignorar essa situação seria um desserviço para o país e descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como considerar que todos são iguais se estamos ignorando que essas pessoas estão sofrendo?

O sofrimento levou Johi Farias, homem trans, a largar os estudos no último ano do ensino médio e não voltar mais. Morador de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Johi sempre estudou em escolas públicas e os anos de discriminação culminaram na evasão quando o preconceito partiu de uma de suas amigas.

— Uma das meninas da turma se aproximou de mim e ficamos amigos. Estávamos em ano de formatura e as meninas ficavam falando sobre vestido para ir à festa, até que minha amiga começou a dizer que eu tinha que usar vestido, ficar com meninos. Eu fiquei tão cheio que eu fui até a direção e disse que queria sair da escola. Nessa época eu estava em depressão, porque eu não estava entendendo o que eu era — conta Farias. — Cheguei a voltar a estudar no ano seguinte, em outra escola, mas fiquei com medo do ambiente e saí de novo. Depois não tive mais coragem de voltar. Vou tentar supletivo só para terminar o último ano.

Problemas no ambiente educacional estiveram presentes ao longo de toda formação de Johi, que embora tenha sempre contado com o apoio da mãe, quase nunca encontrou compreensão entre os colegas e professores:

— Meu corpo e a sociedade foram tentando me colocar naquela caixinha que eu não queria entrar de jeito nenhum. Eu era perseguido por uma garota na primeira série que tentava me bater, me colocava apelido, e eu não entendia porque ela me odiava. Alguns professores riam de mim. Na escola foi sempre um inferno. Desde que entrei até quando saí.

Para Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio, as escolas ainda não sabem como discutir relações de gênero nas salas de aula. Também há dificuldades para identificar a violência psicológica sofrida por estudantes LGBT.

— É comum ver alunos transexuais agredidos por colegas, enquanto os professores dizem que eles merecem apanhar por ficarem se expondo daquele jeito — revela Jaqueline, que é mulher trans e autora do livro “Homofobia — identificar e prevenir” (editora Metanoia). — Há profissionais de educação que reproduzem estereótipos, enquanto outros se sentem reprimidos em falar sobre sexualidade.

Segundo a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual, 68% por sua identidade de gênero. O levantamento mostra ainda que 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por conta de sua orientação sexual e 43% por sua identidade de gênero.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de lei “Escola sem partido”, que prevê que o Estado não tome parte em discussões sobre gênero e orientação sexual. O projeto sugere ainda a

proibição da aplicação de ideologia de gênero na educação. Já a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro discute, desde o ano passado, o Plano Municipal de Educação (PME), que norteará o ensino na cidade na próxima década.

## **DEBATES NAS SALAS DE AULA**

Parlamentares da bancada conservadora propuseram recentemente emendas em alguns artigos do projeto, suprimindo as palavras “gênero” e “orientação sexual” na lista de debates que devem ser desenvolvidos nas salas de aula.

— Essas mudanças refletem a lógica do medo, que afirma que a escola vai interferir nos valores familiares. É um discurso perigoso, porque considera que a instituição de ensino deve ser apenas uma transmissora de conhecimento, e não um espaço para ampliação de horizontes — ressalta o vereador Tarcísio Motta (PSOL), membro da comissão de Educação. — As mudanças no plano municipal são uma reação ao avanço das discussões sobre LGBT na sociedade.

Autor das emendas do PME, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) não quis dar entrevista.

Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho avalia que a mídia e a internet aumentaram o debate sobre sexualidade nas escolas, mas acredita que o cenário político não proporcionará mudanças a longo prazo.

— O Poder Legislativo, em todas as esferas, é composto por uma maioria de representantes voltados para o fundamentalismo religioso e a uma forma de pensamento conservador, que entendem somente uma composição de família heterossexual — critica. — Outras identidades não são reconhecidas e, por isso, faltam políticas públicas destinadas a elas.

---

## **ONU Mulheres, ENAP e parceiros promovem seminário internacional sobre equidade de gênero no setor público**

*Representantes dos setores público e privado vão discutir a importância da equidade de gênero nas políticas públicas, as dificuldades para a implementação de medidas para a sua promoção e os desafios para o seu alcance*

Inscrições vão até 2 de junho. Clique [aqui](#). Vagas limitadas.



Abertas as inscrições para o seminário internacional sobre equidade de gênero no setor público

Já estão abertas as inscrições para o Seminário Internacional Equidade de Gênero no Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com a Embaixada da Noruega, Embaixada da Suécia e ONU Mulheres. O evento acontece nos dias 5 e 6 de junho, no auditório da Enap, em Brasília. As vagas são limitadas.

Na oportunidade, representantes dos setores público e privado vão discutir a importância da equidade de gênero nas políticas públicas, as dificuldades para a implementação de medidas para a sua promoção e os desafios para o seu alcance, numa perspectiva internacional através das experiências de Brasil, Noruega e Suécia.

A programação conta palestras, mesas-redondas e painéis temáticos, a exposição 'Pais Suecos', realizada pela Embaixada da Suécia, além de apresentações de pesquisas relacionadas ao tema.

Para participar do seminário é preciso enviar solicitação até o dia 2 de junho para o e-mail [formacao.carreiras@enap.gov.br](mailto:formacao.carreiras@enap.gov.br) com nome completo, CPF, local de trabalho e cargo.

Confira a programação completa e outras informações clicando [aqui](#).